

Trabalhador rural e
direitos previdenciários:
O Decreto 65.106, de 1969



Tribunal de Justiça Militar
do Estado de Minas Gerais

Número dos Autos: 3550

Ano: 1971

Município: Nanuque

Envolvidos: Cabo e Soldado PM

01 volume // 92 folhas

Entidade custodiadora: BR MGTJM*

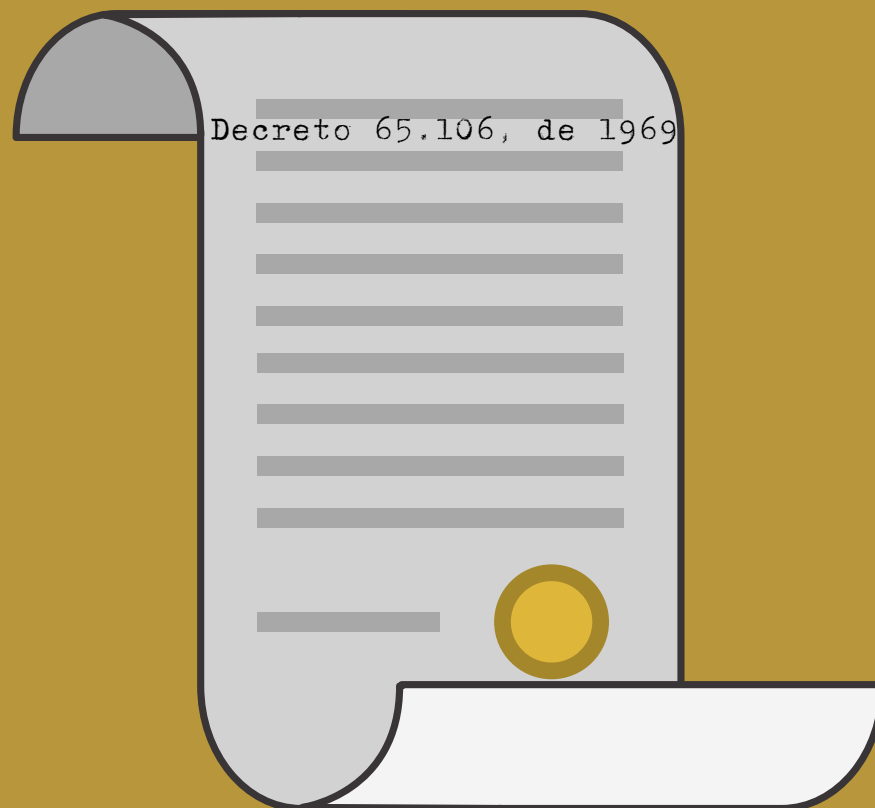


Um homem que trabalhava há muitos anos para um grande fazendeiro recebeu autorização para construir sua casa dentro da fazenda.

Ele limpou o terreno e construiu a casa com recursos próprios, em uma época em que os trabalhadores rurais não tinham os mesmos direitos que os trabalhadores da cidade.



Tribunal de Justiça Militar
do Estado de Minas Gerais



Em 1969, foi criada a Previdência Social Rural, garantindo mais direitos aos trabalhadores do campo.

Depois disso, o fazendeiro demitiu o trabalhador.



Tribunal de Justiça Militar
do Estado de Minas Gerais



Quando o trabalhador voltou à fazenda,
após buscar documentos na cidade para
tentar garantir seu direito de
continuar ali, encontrou o filho do
fazendeiro colhendo seus mantimentos e
houve um desentendimento entre eles.



Tribunal de Justiça Militar
do Estado de Minas Gerais

Ao saber do conflito, o fazendeiro chamou a polícia. Um soldado e um cabo foram até a casa do trabalhador e, segundo ele, tentaram convencê-lo a vender sua casa para o fazendeiro.



Tribunal de Justiça Militar
do Estado de Minas Gerais

Foi iniciado um inquérito policial militar para apurar os fatos. O representante do Ministério Público deixou de oferecer denúncia, pois os militares já tinham sido punidos disciplinarmente. O magistrado concordou com o parecer apresentado e os autos foram encerrados e arquivados.



Tribunal de Justiça Militar
do Estado de Minas Gerais

Ata da CPAD n.05, de 2024

Este feito foi considerado de valor histórico por conter informações sobre a criação da Previdência Rural Social, instituída pelo Decreto n. 65.106, de 1969.



Tribunal de Justiça Militar
do Estado de Minas Gerais

Desembargador Jadir Silva
Presidente

Desembargador James Ferreira Santos
Vice-presidente

Desembargador Fernando Antônio Nogueira Galvão
da Rocha
**Presidente da Comissão Permanente de Avaliação
Documental**

Larissa Reis Frossard

Coordenadora da Gestão Documental

Ana Laura Lacerda Campos

Produção de conteúdo

Equipe técnica

Danúbia Kellen Ferreira Andrade

Davi Alves de Souza